

Reforma proposta por Lúdio dá terra só a quem é do campo

Senador critica o recrutamento de pessoas sem vínculos rurais e defende preferência nos assentamentos a agrônomos, técnicos agrícolas e ex-proprietários de terras

Indústria mundial de turismo reúne-se no Rio de Janeiro

Com uma previsão de 4 mil participantes, todos representantes da indústria turística e vindos de mais de 100 países, o congresso mundial do Skat Club programado para o Rio, em 1997, poderá fazer muito mais pela melhoria da imagem do País no exterior que milhões de dólares aplicados em campanhas publicitárias. A análise é de Bernardo Cabral



Cabral

do Skat Club programado para o Rio, em 1997, poderá fazer muito mais pela melhoria da imagem do País no exterior que milhões de dólares aplicados em campanhas publicitárias. A análise é de Bernardo Cabral (PFL-AM), que fez um apelo ao governo, e em especial ao Ministério da Indústria, Comércio e Turismo e à Embratur, para que seja dado todo o apoio para o sucesso do evento.

Motivado por apelo recebido do presidente do Skat Club de Manaus, Pedro Mendonça Neto, o senador amazonense destacou a importância de um encontro, no Brasil, de profissionais de turismo de todo o mundo. Cabral afirmou que "o patrimônio brasileiro de belezas naturais poderá transformar o País no maior destino turístico do planeta e o Rio, em particular, na capital do lazer".

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) condenou sexta-feira a forma como, segundo disse, está sendo feita a reforma agrária no Brasil. Ele criticou especialmente a transferência, para o campo - muitas vezes para terras inadequadas -, de pessoas que não são ligadas à área rural. E defendeu projeto de sua autoria que garante preferência, nos assentamentos, a agrônomos, técnicos agrícolas, veterinários e ex-proprietários de terras.

Lúdio Coelho afirmou ser plenamente favorável à reforma agrária "viável", mas disse ter dúvidas sobre o recrutamento de desempregados nas cidades para o campo, como se isso fosse a solução para o



Lúdio Coelho

emprego.

O senador disse também que as famílias estão sendo transferidas para lugares sem transporte, sem conforto, com um sistema escolar muito precário. "Pergunto-me se isso é correto, se isso é cristão", acrescentou.

Em aparte, Marina Silva (PT-AC) argumentou que, se não for feita a reforma agrária, as pessoas continuarão sem ter acesso a nada. Lúdio Coelho respondeu então que, na cidade, "bem ou mal", há assistência de saúde, energia, escola e mercado de trabalho.

O senador aproveitou para criticar a visão que se tem, no Brasil, dos produtores de maior porte, observando que, "aqui, parece que se tem vergonha dos grandes produtores".

- Não podemos ter só cultura de subsistência. Para onde vai a Nação?, disse Lúdio. Também manifestou-se sobre a reforma agrária, em aparte, Carlos Patrocínio (PFL-TO).

Valmir cobra regulamentação dos planos de saúde

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) defendeu sexta-feira a necessidade de enquadramento dos planos de saúde em um código mínimo de direitos e obrigações, a fim de acabar com as "espertezas que só favorecem essas empresas". Ele entende que é preciso rever as regras constantes dos contratos, reduzir substancialmente os prazos de carência dos diversos planos e estender sua cobertura às doenças graves e contagiosas.

- Fora disso, é preferível não contar com essas empresas - advertiu o senador, para quem é indispensável que o poder público seja dotado de instrumentos, meios profissionais e



Valmir Campelo

equipamentos para exercer "um controle efetivo sobre essas empresas".

Ao referir-se à decisão do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) de prorrogar o prazo da medida que estabelece o teto de 20% para reajustes dos planos de saúde, ele disse que essas empresas dão a entender que não obedecerão à decisão, "num

desafio declarado ao governo, que não consegue enquadrá-las".

Para Valmir Campelo, os planos de saúde são adeptos do "pior e mais desumano capitalismo selvagem de que se tem notícia, porque tripudiam em cima da miséria e da dor humana" e não medem consequências para ter mais lucros.

Em aparte, Francelino Pereira (PFL-MG) disse não entender "como podem funcionar todos esses planos de saúde sem uma palavra, uma fiscalização, uma demonstração do empenho do governo no sentido da fiscalização e pleno funcionamento dessas entidades".

Patrocínio quer programa para reter migrantes

Benefício como o da renda mínima, condicionado à obrigatoriedade da frequência dos filhos à escola, manterá pessoas em seus locais de origem e evitará marginalização, diz o senador

Gilvam Borges pede verba para hidrelétrica no AP



Gilvam Borges

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) apelou sexta-feira ao presidente da República, ao ministro de Minas e Energia e ao presidente da Eletronorte para que sejam liberados logo os recursos destinados à instalação da terceira turbina da hidrelétrica de Coaracy Nunes, em seu estado. Ele quer que a energia produzida por essa hidrelétrica seja estendida aos municípios de Tartarugalzinho, Calçoene e Amapá (AP).

- São reivindicações da maior importância e só o povo daquele estado sabe como são graves os problemas enfrentados em consequência da escassez de energia elétrica - disse, ao lembrar que não era a primeira vez que ocupava a tribuna para pedir uma solução.

Aplicado à realidade de cada município, o programa de complementação de renda mínima deve contribuir para modificar o quadro de miséria e violência no País. O ponto de vista foi defendido sexta-feira pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), ao analisar uma pesquisa realizada pela UnB que ouviu migrantes em Brasília.

Segundo a pesquisa, 35% dos entrevistados possuem casa própria na cidade em que moravam, mas não tinham co-



Patrocínio

mida e deixaram seus locais de origem em busca de melhores condições.

- Condicionando o benefício à obrigatoriedade de comprovação da frequência dos filhos à escola, bem como o encaminhamento dos mesmos a cursos de qualificação profissional, o Estado estará desencadeando o processo de retenção das pessoas em seus locais de origem - afirmou o senador, ao elogiar o programa "Pioneiros Mirins", adotado pelo estado do Tocantins.

Camata propõe doação de imóvel a entidade social

O senador Gérson Camata (PMDB-ES) apresentou projeto de lei que autoriza o Executivo a doar um terreno para a



Gérson Camata

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância (APMI), na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, no Espírito Santo. No terreno, funcionam um posto de puericultura e um jardim de infância administrados pela entidade.

O terreno pertencia à extinta Legião Brasileira de Assistência (LBA), que doou parte da área à APMI, em 1972. O contrato não foi efetivado e, em 78, um novo acordo, desta vez de comodato, foi realizado entre as duas associações. Com a extinção da LBA, o terreno passou ao patrimônio da União e o compromisso rescindido.

Prodasen dá dicas sobre micro em feira de informática na Capital

O Prodasen está participando da Feira de Informática e Telecomunicações do Centro-Oeste, aberta na sexta-feira em Brasília no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade, onde mostra os serviços que oferece e promove palestras. Entre os ser-

viços, destaca-se a terceira edição do CD-Rom com as normas jurídicas do País. Nas palestras, funcionários do Senado abordarão vários temas, ensinando como escolher um micro ou como montar redes locais em pequenas empresas.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

COMISSÃO

9h30 - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Palestra (só para jornalistas) do Assessor da Comissão, James Giacomoni sobre Plano plurianual de investimentos; Lei de Diretrizes Orçamentárias; e Proposta Orçamentária para 1997. Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA A SEMANA

PLENÁRIO

Terça-feira (15.10.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: *Ofício nº S/81/96, encaminha pedido da Prefeitura de São Paulo para retificar a contratação de operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao programa de urbanização e verticalização de favelas - PROVER/CINGAPURA, autorizada por meio da Resolução do Senado nº 52/96; *Ofício S/89/96, encaminha pedido do Governo do Estado de Santa Catarina relativo à emissão de Letras Financeiras do Tesouro do estado - LFTSC, cujos recursos serão destinados à liquidação da sétima e oitava parcelas de precatórios judiciais, bem como dos complementos da primeira à sexta parcelas; e *Substituto ao Projeto de Resolução nº 63/95, que institui duas coleções, a serem editadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas, uma sobre a história constitu-

cional do País e outra sobre os grandes vultos que honraram o Senado.

COMISSÕES

Quarta-feira (16.10.96)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PEC nº 41/95, que revoga o dispositivo constitucional que limita as taxas de juros reais em 12% ao ano; *PEC nº 53/95, que acrescenta parágrafos ao art. 14 da Constituição, dispondo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo; *PEC nº 44/95, que altera os arts. 153 e 156 da Constituição, no que diz respeito ao Imposto sobre Propriedade Territorial Rural; *PEC nº 47/95, que institui a Justiça Agrária; *PEC nº 12/91, que cria o Conselho Nacional de Justiça; *PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; *PEC nº 09/96, que acrescenta parágrafos ao art. 24 da Constituição e altera a redação do seu inciso XVI, que trata da organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis e da pericia oficial; *PLS nº 235/95 (terminativo), que dispõe sobre o crime de assédio sexual; *PLS nº 17/96 (terminativo), que regulamenta os seguros-saúde; e *PLS nº 189/95 (terminativo), que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

16h30 - CPI do Trabalho Infantil

Pauta: Avaliação do trabalho já realizado e exame de matérias publicadas na imprensa nacional. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Comemoração do Dia Mundial da Alimentação. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

Crédito rural causa revolta entre produtores, diz Emília

Dinheiro não chega às agências bancárias, segundo a senadora, e, quando isso acontece, burocracia e exigências dificultam tudo



Odacir Soares

Herança de imóvel rural livre de imposto

Os impostos incidentes sobre a transferência de propriedades rurais deixarão de ser cobrados quando a transmissão desses bens ocorrer por herança ou doação entre pessoas de uma mesma família, se for aprovada proposta de emenda à Constituição apresentada pelo senador Odacir Soares (PFL-RO).

A proposta, segundo o senador, tem o objetivo de atenuar o êxodo rural, estimulando a permanência de membros de uma mesma família nas atividades agrícolas da propriedade que cultivam "e que um dia virá a pertencer-lhes". Para ele, a perda de receita resultante dessa medida é "perfeitamente tolerável pelos estados e municípios" e será irrelevante em comparação com as vantagens econômicas e sociais que trará.

- Um dos mais graves problemas do Brasil é o esvaziamento da zona rural. Em todos os municípios, até mesmo nos menores, verifica-se o fenômeno, cada vez mais preocupante, da transferência do homem do campo para a cidade - disse Odacir Soares, lembrando as graves consequências que tal ocorrência traz para toda a sociedade. "A continuar o processo, não há reforma agrária que lhe dê solução", garantiu.

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) alertou o governo federal para uma revolta generalizada entre os produtores, porque o crédito não está chegando às agências bancárias e, quando chega, há muita burocracia para sua liberação. Informou que os produtores que renegociaram suas dívidas (securitização) estão sendo obrigados a pagar juros da dívida antiga e do novo financiamento, se quiserem ter acesso ao crédito rural.



Emília

Emília Fernandes criticou a afirmação do ministro da Agricultura, Arlindo Porto, dada em entrevista à *Rádio Gaúcha* e divulgada pelo jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, de que "o governo vai deixar o setor sendo regulado pelo mercado não apenas no que se refere à comercialização, mas especialmente ao crédito para custeio e investimento". A seu ver, esta decisão, caso seja verdadeira, prejudicará mais ainda a agricultura no País.

Emília referiu-se ainda a notícias divulgadas pela imprensa informando que ex-ministro Paulo Brossard teria sugerido aos agricultores a invasão de bancos, durante manifestação de produtores em Cruz Alta (RS). As palavras do ex-ministro, segundo Emília, foram mal interpretadas e ele queria apenas chamar a atenção para a política de crédito agrícola praticada pelo Banco do Brasil, que, na sua opinião, está prejudicando todo o setor. Lúdio Coelho (PSDB-MS) apoiou o pronunciamento da senadora

Jucá sugere mais debates sobre reservas indígenas

O senador Romero Jucá (PFL-RR) alertou o presidente Fernando Henrique Cardoso e o ministro da Justiça, Nelson Jobim, sobre o perigo que representa a criação de novas reservas indígenas em Roraima sem a participação e o consenso dos demais segmentos sociais envolvidos.

O senador quer que o ministro reúna a bancada federal e outras lideranças do estado para discutir a demarcação da área de Raposo Tavares - Serra do Sol, ao Norte do estado, motivo de recente viagem do ministro da Justiça a Roraima. Ele pediu a Jobim que busque e negocie uma solução que atenda não apenas aos interesses dos índios, mas também à sobrevivência dos outros grupos de habitantes da região.

- Roraima tem mais de 4 milhões de hectares demarcados como reserva Yanomâmi.

Se mais 2,3 milhões de hectares forem destinados à reserva Raposo Tavares - Serra do Sol, como se pretende, criar-se-á uma situação extremamente delicada para a ordem social do estado - afirmou o senador, admitindo que a falta de diálogo poderá criar um "clima de guerra" na área.



Romero Jucá

Romero Jucá referiu-se ainda à gravidade de que representa a invasão da mina do Pitanga pelos Uaimiri-Atroari. A seu ver, os índios têm razão, e a ocupação decorre da redução da reserva a eles destinada, com o objetivo de facilitar a exploração mineral na área.

Segundo o senador, se o projeto que apresentou, regulamentando a exploração mineral em reservas indígenas, já houvesse sido aprovado "a área dos Uaimiri-Atroari não teria sido reduzida, a exploração mineral poderia ser feita e os índios estariam recebendo *royalties*".

Requião elogia entrevista de Paulo Brossard

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) elogiou sexta-feira o que chamou de "excepcional entrevista" dada pelo



Requião

ex-senador e ex-ministro Paulo Brossard ao jornal *Se7e Dias da Semana*, lançado este mês em Brasília. Na entrevista, Brossard critica a disposição do presidente Fernando Henrique Cardoso de pleitear sua reeleição e considera as medidas provisórias "uma vergonha nacional", além de abordar outros assuntos.

Requião reportou-se ainda a carta que lhe foi enviada por agricultores do Paraná, na qual reclamam da decisão do governo de permitir a importação de trigo. Segundo eles, a importação impossibilita a venda do trigo produzido no estado aos moinhos locais, pelo fato de a matéria-prima estrangeira ter subsídio nos seus países de origem.

Francelino apóia criação de fundo para eleições

Senador anuncia parecer favorável na CCJ à proposta de Simon e Lobão, por considerá-la capaz de livrar as campanhas eleitorais brasileiras da influência do poder econômico

Cafeteira quer título eleitoral com fotografia



Cafeteira

O senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) cumprimentou a Justiça Eleitoral pela adoção do voto eletrônico, mas advertiu que tão im-

portante quanto a informatização é a obrigatoriedade de os títulos eleitorais conterem a fotografia do eleitor. Ele anunciou que vai visitar o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Marco Aurélio de Melo, para sugerir o retorno da foto ao título, inclusive propondo que, no momento em que o cidadão obtiver esse documento, já seja fotografado automaticamente.

- O voto eletrônico garante a diminuição ou a quase extinção da fraude que antigamente acontecia na votação, na apuração e no mapeamento, e que influa no resultado da eleição. Mas só com a fotografia no título teremos uma eleição verdadeira. Se gastamos milhões para termos urnas eletrônicas, por que não gastar para colocar a fotografia no título? Esse "molambo" a que chamamos de título não é possível num país dotado até do sistema eletrônico, mas não tem ainda a verdade eleitoral sustentada.

Marina denuncia abuso de poder econômico no Acre

A senadora Marina Silva (PT-AC) denunciou em plenário, na sexta-feira, abuso de poder econômico e uso de recursos públicos na eleição do candidato do PMDB à prefeitura da capital do Acre.



Marina Silva

Ela pediu urgente investigação da Justiça Eleitoral em torno das denúncias formalizadas pelo PT contra os resultados do pleito em Rio Branco. Marina também destacou o crescimento do seu partido nas eleições de 3 de ou-

tubro último, quando o PT ampliou o número de prefeituras ocupadas e conseguiu colocar seus candidatos no segundo turno em muitas capitais.

De acordo com Marina, o PMDB abandonou a frente política formada para combater os desmandos e a corrupção praticados pelo atual governador do estado, fazendo aliança com Orleir Cameli para eleger o candidato do PMDB na capital.

Nabor atribui vitória à militância peemedebista

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) contestou em plenário na sexta-feira as declarações da senadora Marina Silva (PT-AC) sobre o abuso de poder econômico e o uso de recursos públicos na eleição do candidato do PMDB à prefeitura de Rio Branco. Nabor aproveitou para acusar o PT de ter feito a campanha mais cara da cidade e de ter usado de maneira imoderada a máquina da prefeitura.

Ele disse que os cabos eleitorais do candidato eleito eram mi-



Nabor Júnior

litantes do PMDB, e não contratados, como denunciou a senadora. "O PT contava na certa em eleger o prefeito de Rio Branco. Não contava que o PMDB tem militantes, tem uma história, tem várias lideranças. Não houve influência nenhuma do poder econômico. O que houve foi a militância do PMDB que foi às ruas", frisou.

Em apertado, a senadora Marina Silva garantiu que o PT não utilizou recursos da prefeitura na campanha de seu candidato.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) anunciou sexta-feira que apresentará esta semana, à Comissão de Constituição,



Francelino

Justiça e Cidadania (CCJ), parecer favorável ao projeto de lei que dispõe sobre a destinação de recursos orçamentários para custeio das campanhas eleitorais. A proposição determina que à razão de cada eleitor alistado serão destinados R\$ 5,00 ao Fundo Partidário.

Com este projeto, de iniciativa dos senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Pedro Simon (PMDB-RS), "nos aproximamos das democracias representativas do Primeiro Mundo, que custeiam as campanhas eleitorais com recursos da própria sociedade", disse Francelino.

Segundo ele, a transformação do projeto em lei representará um avanço importante para reduzir a pernicioso influência do poder econômico sobre o processo eleitoral.

Francelino Pereira sugere em seu parecer duas alterações. Uma permite a atualização anual dos valores transferidos aos partidos, pois considera o número de eleitores alistados a cada ano, e não de quatro em quatro anos. A segunda mudança estabelece que os recursos transferidos deverão atender a todas as despesas partidárias.

A SESSÃO DE SEXTA-FEIRA DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES VALMIR CAMPELO E GILVAM BORGES

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djulba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amiral
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal